

A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE O CPC 00 (R1) NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Cássia Marcelle Dias Pinho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: cassiapinho2008@hotmail.com

José Dionísio Gomes da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: dionisio@ufrnet.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar a percepção dos discentes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN referente a utilização do CPC 00 (R1) para a elaboração das demonstrações contábeis e sua utilização no processo decisório. Após a coleta dos dados com a utilização de um questionário, foi implementada a análise de conteúdo em quatro categorias. Os principais resultados permitem evidenciar que a maioria dos respondentes conhecem o CPC 00 (R1) na íntegra, fato que proporcionou questionamentos em relação ao referido pronunciamento contábil. Observa-se também que na percepção da maioria dos discentes, a informação contábil repassada é usada pelos gestores na tomada de decisão, assim como no processo de elaboração dos relatórios contábeis, o pronunciamento do CPC 00 (R1) também é levado em consideração. Por fim, foi evidenciado, adicionalmente, a observância das características qualitativas no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Palavras-chave: CPC 00 (R1). Demonstrações Contábeis. Processo Decisório.

1-INTRODUÇÃO

A contabilidade tem passado por um processo de alterações e/ou adaptações conceituais e de procedimentos. A globalização da economia tem sido apontada como fator principal dessa mudança, por manifestar a necessidade de uma contabilidade mais uniforme que possibilite a comparação e interpretação de procedimentos entre diferentes nações. Exemplo dessa necessidade ocorreu devido a abertura da circulação de capitais e da conveniência da circulação de mercadorias entre os países. Nesse contexto, a primeira grande mudança ocorrida no Brasil, aconteceu com a substituição da Lei 2.627/1940 pela implementação da Lei nº 6.404 - Lei das Sociedades Anônimas, em 1976, que buscou normatizar os princípios contábeis e auxiliar as companhias abertas para atender as normas empresarias e financeiras (SÁ, 2008; RODRIGUES; NIYAMA, 2018).

Para atender esse novo mercado, em 2005 a partir da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055 foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com o objetivo de *estudar, preparar e a emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e divulgar as informações dessa natureza, sem esquecer da conversão da contabilidade brasileira aos padrões internacionais*. Em dezembro de 2007 é alterada e

revogada dispositivos da Lei nº 6.404 e entra em vigor a Lei nº 11. 638 a qual marca o início das mudanças dos padrões da contabilidade brasileira para a internacional (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

Em 2008 para continuidade da convergência às normas internacionais, o CPC, usando como fonte a *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* divulga o CPC 00 que tem como título a “Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis” objetivando assim uma estrutura de caráter internacional para as demonstrações contábeis fornecendo assim informações mais completas (BRAGA, 2011; FERNANDES *et al.*, 2011).

Em tese, a partir do CPC 00 as informações contábeis deveriam ser processadas com um maior rigor sob o aspecto da qualidade, isto é, as informações deveriam presar por uma melhor qualidade. Assim, o CPC 00 traz em seu texto que a informação de qualidade precisa ser útil e relevante, além de representar fidedignamente os fatos contábeis. Também precisa ser tempestiva, compreensiva, comparativa e ser verificável (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

Observa-se em algumas pesquisas nacionais (FERNANDES *et al.*, 2011; BRAGA, 2011) e internacionais (BALLAS; SKOUTELA; TZOVAS, 2010) que essa discussão ainda se encontra indefinida pois, existem estudos (SANTOS *et al.*, 2011) que observaram não haver alteração na informação contábil no Brasil com a adoção do padrão internacional de contabilidade, outros estudos (VIEIRA, 2010; STUPP; FLACH; MATTOS, 2018) evidenciam certa melhora na qualidade da informação contábil e outros estudos mostram-se indiferente (LOURENÇO; BRANCO; CASTELO, 2015).

Ao mesmo tempo surgem questionamentos quanto a utilização e aplicabilidade desse CPC 00 no que se refere a elaboração das demonstrações contábeis e na utilização das mesmas no processo de tomada de decisões. Assim, surge a seguinte questão de pesquisa: **na percepção dos discentes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN, o CPC 00 contribuiu de forma prática com a elaboração das Demonstrações contábeis e estas por sua vez tem contribuído para o processo de tomada de decisão de seus usuários?**

Como delineamento dessa questão de pesquisa tem-se o objetivo identificar a percepção dos discentes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN referente a utilização do CPC 00 para a elaboração das demonstrações contábeis e utilização das mesmas no processo decisório.

Diante desse contexto de indefinição dos resultados das pesquisas realizadas sob a temática da qualidade da informação contábil a partir da adoção do padrão internacional de contabilidade, espera-se com esse estudo poder contribuir para o entendimento da referida temática, tendo como base os preceitos da contabilidade comportamental que visa captar os efeitos cognitivos do comportamento dos elaboradores e usuários da informação contábil (JAWORSKA, 2014; ZYGMAŃSKI, 2017).

Para isso, este estudo partiu de uma abordagem qualitativa e quantitativa a fim de captar dados de pessoas que estão no mercado de trabalho ou que estão desenvolvendo estudos sob a geração da informação contábil, nesse caso os estudantes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN.

Ressalta-se que a maioria dos estudos anteriores adotaram uma vertente mais quantitativa com a utilização de modelos econométricos que apesar de terem suas vantagens de serem objetivos, apresentam também desvantagens referentes a limitação de análises dos

impactos provocados pela mudança do padrão contábil no Brasil e talvez isso explique os resultados inconclusivos das pesquisas anteriores.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1- O CPC NO PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

A contabilidade foi produzida por alguns anos através dos preceitos e normas da legislação fiscal, nesse contexto a legislação do Imposto de Renda foi a principal legislação seguida, limitando e dificultado a evolução dos princípios fundamentais da contabilidade. A desvinculação da legislação do Imposto de Renda começou com a criação do Regime Tributário de Transição (RTT) que foi desenvolvido pela Receita Federal afim de suprir as necessidades dos aspectos tributários nas demonstrações contábeis e com a adoção da Lei nº 6.404/76 que assegurava que as demonstrações deveriam seguir o preceito da Lei das Sociedades Por Ações (GELBCKE *et al.*, 2018).

A alavancagem da contabilidade no Brasil aconteceu durante algum tempo através da Lei da Sociedades Por Ações, mas os problemas relacionados a interferência fiscal começaram a se tornar cada vez maiores, contribuindo assim para a utilização inadequada das informações contábeis e a elaboração das demonstrações contábeis de forma menos eficientes pois era deixado de lado as técnicas indicadas (PAZETTO; SANTOS; BEUREN, 2019).

Diante de um cenário de gastos e pouco retorno houve então o distanciamento do resto do mundo, a profissão de contador ficou sendo olhada com uma certa dúvida pela sociedade, foi então percebida a necessidade de adequação a contabilidade feita Brasil com a do mundo, chamando atenção para as Normas Internacionais de Contabilidade (GELBCKE *et al.*, 2018; RODRIGUES; NIYAMA, 2018; PAZETTO; SANTOS; BEUREN, 2019).

A partir dessa necessidade de adequação as normas internacionais de contabilidade, cinco entidades não governamentais (APIMEC NACIONAL– Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais; ABRASCA– Associação Brasileira das Companhias Abertas; BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros; FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (conveniada à FEA/USP), e o IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), se uniram e entraram com o pedido da formalização do sexto membro ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criando assim o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) na Resolução nº 1.055/05 (REIS *et al.*, 2010; PONTE, 2011; COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

Com a criação do CPC, alguns reguladores começaram a exigir que a partir de 31/12/2010 as demonstrações fossem preparadas e elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e isso só foi possível com a aprovação da Lei nº 11. 638/07 a qual alterou a Lei nº 6.404/76, que foi a partir dessa mudança da lei que propiciou condições para a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade segregando a contabilidade para fins de demonstrações contábeis para fins fiscais (PONTE, 2011; GELBCKE *et al.*, 2018).

2.2 - CPC 00 (R1)

O CPC 00- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro, abrange os princípios e os conceitos básicos para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Essas demonstrações têm como objetivo fornecer informações que sejam úteis para a tomada de decisão de determinados grupos e a aplicação desses conceitos no mercado de trabalho faz diferença na qualidade da informação disponibilizada pelos contadores (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999; CHRISTENSEN, 2010).

Niyama (2005) associa a boa qualidade dos relatórios contábeis aos níveis de conhecimento do profissional contábil a respeito do conteúdo da Estrutura Conceitual incorporando dessa forma a valorização e o amadurecimento da profissão contábil a uma contabilidade com teoria e objetivos contábeis sólidos.

Iudícibus *et al.* (2010) declaram que é de fundamental importância o conhecimento e entendimento dessa Estrutura Conceitual, deixando claro que esta não é uma norma ou regra e sim um conjunto de princípios que devem ser seguidos para uma boa elaboração, aplicação, análise e interpretação das demonstrações contábeis. Ainda comentam sobre as características da informação contábil útil que é dividida em dois grupos, as fundamentais e as de melhorias.

Sousa *et al.* (2016) comentam as pesquisas anteriores sobre a temática da qualidade da informação contábil por meio de um quadro resumo das principais características qualitativas abordadas.

Quadro 1: Características qualitativas da informação contábil

Autores	Características qualitativas
Financial Accounting Standards Board - FASB (1980)	Relevância, confiabilidade, comparabilidade, uniformidade e consistência.
Padoveze (2009)	Trazer mais benefícios que o custo de obtê-la, compreensível, utilidade, relevância, confiabilidade e consistência.
Iudícibus, Marion e Faria (2009)	Compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
Iudícibus (2010)	Tempestividade, integridade, confiabilidade, comparabilidade, compreensibilidade.

Fonte: Sousa *et al.* (2016).

O CPC 00 (R1) discorre da utilização das características qualitativas da informação contábil-financeira útil, o quadro abaixo demonstra essas qualidades e as suas respectivas utilizações.

Quadro 2: Características qualitativas e suas atribuições

Relevância	Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários[...].
Materialidade	[...] materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude [...].
Representação fidedigna	Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro [...].
Comparabilidade	[...]Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles [...].
Verificabilidade	A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar [...].
Tempestividade	Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões [...].
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível [...].

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Gelbcke *et al.* (2018) destacam que as informações para serem úteis e relevantes precisam fazer a diferença para os usuários na hora da tomada da decisão e que não necessitam de um grande número de informações para a tomada de decisão ser relevante. Cruz (2010) comenta que mesmo diante de todas essas características disponíveis aos

elaboradores e usuários da informação, ela só será válida, dependendo da pretensão de utilização das informações que podem afetar a tomada de decisão.

2.3- CONTABILIDADE COMPORTAMENTAL

O estudo do comportamento humano vem sendo discutido em diversas áreas, dentre elas, a psicologia, medicina, direito, economia, ciências contábeis entre outras. A Contabilidade Comportamental vem sendo discutida desde a década de 1950, e no decorrer do tempo esse interesse vem aumentando devido a necessidade de se avaliar a qualidade do comportamento humano na hora da utilização dos dados, na elaboração dos relatórios contábeis e nas decisões aplicadas na contabilidade (CAO; BUCHANAN, 1985; ZYGMAŃSKI, 2017).

A contabilidade comportamental estuda os comportamentos e atitudes das pessoas que participam no processamento da informação contábil (contadores) e do comportamento dos usuários dessas informações (não-contadores), concluindo dessa forma que a Contabilidade é impactada pelos aspectos psicológicos provocados pelo comportamento humano (JAWORSKA, 2014; ZYGMAŃSKI, 2017).

Outros aspectos estudados por autores como, Tversky e Kahneman (1981), Baker e Nofsinger (2002), Bazerman (2004), Ariely (2008), são os efeitos cognitivos que podem ser denominados por vieses e/ou efeitos comportamentais no campo da contabilidade comportamental que seriam as mudanças provocadas pela elaboração da contabilidade e a eficácia dos procedimentos e dos relatórios contábeis para melhorar o auxílio dessas ferramentas na tomada de decisão. Para Ferreira, Rocha e Carvalho (2012) isso ocorre porque a Contabilidade comportamental preocupa-se com a forma que o sistema de contabilidade pode influenciar no comportamento dos indivíduos e no processo de tomada de decisão.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo da presente pesquisa fez com que a mesma assumisse característica descritiva, uma vez que visa identificar e descrever a percepção dos discentes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN referente a utilização do CPC 00 (R1) para a elaboração das demonstrações contábeis e utilização das mesmas no processo decisório (RICHARDSON, 1999; BEUREN, 2013).

A partir de uma abordagem qualitativa este estudo se propôs a coletar dados entre os discentes Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN, pois acredita-se que o fato desses alunos de mestrado já terem concluído a graduação e de estarem atuando no mercado de trabalho na área contábil, os mesmos estariam aptos a fazerem parte da pesquisa. Assim, num universo de 24 alunos do curso de mestrado em ciências contábeis, foram obtidas 19 respostas, definindo assim, o universo e a amostra da presente pesquisa (FLICK, 2009).

A coleta de dados foi realizada a partir da utilização de um questionário estruturado em três partes (GIL, 1999), aplicado no período de 17 a 31 de maio de 2019 na sala de aula do referido curso. A primeira parte do questionário foi composta por cinco questões cujo objetivo foi definir o perfil dos respondentes, com questões de gênero, faixa etária, tempo de atuação do profissional e se já havia elaborado algum demonstrativo contábil. A segunda parte foi composta por doze questões cujo objetivo foi captar informações referentes a geração de informações contábeis a partir do CPC 00 (R1) e a aplicação das características qualitativas da informação contábil presentes no referido CPC.

Por fim, a terceira parte do questionário foi composta por quatro questões, e estava voltada para captar informações referentes aos conhecimentos dos estudantes referentes ao

pronunciamento contábil CPC 00 (R1) com questões direcionadas ao nível de conhecimento, revisão, participação em cursos e treinamento, aplicabilidade e leitura do referido CPC. Ressalta-se que as perguntas estavam estruturadas com resposta na escala *Likert*, essa que é descrita por Rea e Parker (2002) sendo uma série continua que vai da alternativa mais positiva até a mais negativa diante da situação empregada.

Para análise dos dados fez-se uso da técnica análise de conteúdo (BARDIN, 2011) na qual foi realizada a categorização dos dados. Assim, criaram-se quatro categorias de análise, sendo a primeira “perfil dos respondentes”, a segunda “geração de informações contábeis a partir do CPC 00 (R1)”, a terceira “aplicação das características qualitativas da informação contábil” e por fim, a quarta categoria “conhecimentos dos estudantes referentes ao pronunciamento contábil CPC 00 (R1)”.

4-RESULTADOS

A partir da descrição da primeira categoria de análise “Perfil dos Respondentes” foi possível identificar que o sexo e a faixa etária dos respondentes, o tempo de atuação na profissão e se os mesmos já elaboraram algum demonstrativo contábil, por fim, se eles já realizaram a leitura completa do CPC 00 (R1).

Tabela 1: Perfil dos Respondentes

CARACTERÍSTICAS	Qtd	PERCENTUAL
SEXO		
Feminino	9	47%
Masculino	10	53%
FAIXA ETÁRIA		
Até 25 anos	8	42%
Entre 26 e 35 anos	9	47%
Entre 36 e 45 anos	2	11%
Acima de 46 anos	0	0%
TEMPO DE ATUAÇÃO NA PROFISSÃO		
Menos de 1 ano	5	26%
Entre 1 e 4 anos	6	32%
Entre 4 e 7 anos	3	16%
Entre 7 e 10 anos	3	16%
Acima de 10 anos	2	11%
ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
SIM	11	58%
NÃO	8	42%
VOCÊ JÁ LEU O CPC 00 (R1) NA SUA INTEGRAL?		
SIM	18	90%
NÃO	1	10%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Diante dos resultados explícitos na tabela 1, pode-se notar que houve uma quantidade equilibrada de homens (53%) e de mulheres (47%), levando em consideração que a turma de Mestrado de Ciências Contábeis da UFRN possui a mesma quantidade de homens e mulheres.

Sobre a faixa etária, pode-se notar que houve um equilíbrio entre os entrevistados, no qual 42% estão na faixa etária de até 25 anos e 47% estão na faixa etária de 26 a 35 anos, sendo que todas as mulheres estão nessas casas de opções de idades, em relação aos homens, a à distribuição entre as opções restante.

Sobre o tempo de atuação, pode-se notar que novamente houve um equilíbrio entre “menos de 1 anos” e “entre 1 a 4 anos” com um total de 58% dos entrevistados. Quando a pergunta foi se os discentes já haviam elaborado e/ou assinado alguma demonstração contábil, a maioria respondeu com “Sim” totalizando 58%, dentre os respondentes, 37% foi do sexo masculino.

Diante das respostas é possível identificar que os entrevistados são jovens e que por isso, já iniciaram seus estudos em contabilidade contextualizados com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, ou seja, uma contabilidade baseada no padrão internacional (BRAGA, 2011; FERNANDES *et al.*, 2011).

Este fato também é comprovado na última pergunta referente a leitura na integra do CPC 00 sendo que a maioria respondeu que sim (90%) apenas uma pessoa respondeu não ter feito a leitura completa, dando evidencias de que possuem conhecimento do referido pronunciamento contábil, porém ainda não é possível ter evidências quanto ao uso do mesmo na geração de informações contábeis (GELBCKE *et al.*, 2018; RODRIGUES; NIYAMA, 2018; PAZETTO; SANTOS; BEUREN, 2019).

A segunda categoria de análise, geração de informações contábeis a partir do CPC 00 (R1), foram analisadas as respostas das seguintes questões, “Na sua opinião, os relatórios são realizados com a finalidade de fornecer informações úteis para os usuários externos em geral sobre a entidade no aspecto contábil e financeiro?”, “Na sua opinião, na escrituração os escritórios contábeis têm em mãos os fatos e eventos contábeis da entidade?”, “Você acha que a informação contábil repassada é usada pelos gestores na tomada de decisão?” e “Você acha que ao elaborar os relatórios contábeis e financeiros o pronunciamento do CPC 00 é observado?”.

Tabela 2: A Geração da Informação Contábil de Acordo com o CPC 00

GRAU DE CONCORDÂNCIA	Q 1	Q 4	Q 8	Q 12
(1) Discordo Totalmente	5%	10,5%	0%	5%
(2) Discordo	5%	58%	26%	10,5%
(3) Indiferente	5%	10,5%	10,5%	32%
(4) Concordo	42,5%	16%	47%	47%
(5) Concordo Totalmente	42,5%	5%	16%	5%

1-Na sua opinião, os relatórios são realizados com a finalidade de fornecer informações úteis para os usuários externos em geral sobre a entidade no aspecto contábil e financeiro?

4-Na sua opinião, na escrituração os escritórios contábeis têm em mãos os fatos e eventos contábeis da entidade?

8- Você acha que a informação contábil repassada é usada pelos gestores na tomada de decisão?

12- Você acha que ao elaborar os relatórios contábeis e financeiros o pronunciamento do CPC 00 é observado?

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Diante dos resultados, composto pela escala likert, pode-se inferir que a maioria dos entrevistados concordam que para a elaboração dos relatórios contábeis e financeiros (47%) é necessário a utilização do CPC 00, pois as informações geradas são úteis para os usuários externos sobre o aspecto contábil e financeiro (85%) corroborando com Hendriksen e Van Breda (1999) e Christensen (2010), e que são utilizadas pelos gestores para a tomada de decisão (47%), em contrapartida, 58% discordam sobre terem em mãos os fatos e os eventos contábeis durante a escrituração contábil.

Na análise da terceira categoria “aplicação das características qualitativas da informação contábil” descrita na tabela 3, foram feitas perguntas relacionadas as características qualitativas da informação contábil que de acordo com Costa, Theóphilo, Yamamoto (2012) discorrem que o CPC 00 traz em seu texto que a informação de qualidade precisa ser útil e relevante, além de representar fidedignamente os fatos contábeis. Também precisa ser tempestiva, compreensiva, comparativa e ser verificável.

Neste sentido, os resultados apontam que de acordo com a percepção dos entrevistados, as características da informação contábil são aplicadas na geração da informação contábil, pois a maioria dos respondentes assinalaram que “concordam” ou “concordam totalmente” sobre a utilização, aplicabilidade e relevância das características nos relatórios contábeis, corroborando com Iudícibus *et al.* (2010) e Gelbcke *et al.* (2018) que declaram importância do conhecimento e entendimento dessa Estrutura Conceitual em conformidade com características da informação contábil útil que é dividida em dois grupos, as fundamentais e as de melhorias, destacando a necessidade do regime de competência na elaboração das demonstrações para a contabilidade empresarial.

Tabela 3: Aplicação das Características Qualitativas da Informação Contábil

GRAU DE CONCORDÂNCIA	Q 2	Q 3	Q 5	Q 6	Q7	Q 9	Q 10	Q 11
(1) Discordo Totalmente	5%	0%	5%	0%	0%	0%	0%	0%
(2) Discordo	32%	5%	16%	0%	0%	5%	10%	10,5%
(3) Indiferente	5%	16%	16%	0%	5%	0%	5%	10,5%
(4) Concordo	37%	53%	58%	32%	32%	42%	53%	53%
(5) Concordo Totalmente	21%	26%	5%	68%	63%	53%	32%	26%

2- Você acha que os relatórios são elaborados pelo regime de competência?

3- Você acha que as informações contábeis são repassadas de forma tempestiva?

5- Você acha que os relatórios contábeis são elaborados com relevância?

6- Você acha que os relatórios contábeis são elaborados com materialidade?

7- Você acha que os relatórios contábeis são elaborados com representação fidedigna?

9- Você acha que as demonstrações contábeis possibilitam a comparabilidade de informações?

10- Você acha que as demonstrações contábeis possibilitam a verificabilidade das informações presentes nos relatórios?

11- Você acha que os relatórios contábeis são elaborados observando o pressuposto da continuidade?

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A última categoria de análise estava voltada para os conhecimentos dos discentes sobre o pronunciamento contábil do CPC 00 (R1) com questões direcionadas ao nível de conhecimento, revisão, participação em cursos e treinamento, aplicabilidade e leitura do referido CPC, descritos na a tabela 4.

Tabela 4: Nível de Conhecimento sobre o CPC 00 (R1)

GRAU DE CONCORDÂNCIA	Q 13	Q 14	Q 15	Q 16
(1) Muito Pouco	0%	0%	26%	16%
(2) Pouco	0%	0%	26%	21%
(3) Razoável	21%	26%	26%	10,5%
(4) Bom	79%	74%	17%	47,5%
(5) Muito Bom	0%	0%	5%	5%

13-Como você avalia o seu conhecimento sobre o CPC 00 (R1)

14-E sobre a revisão do CPC 00 (R1)

15-Quanto a sua participação em cursos ou treinamentos sobre o CPC 00 e CPC 00 (R1) você considera

16- Como você avalia a aplicabilidade do CPC 00 (R1), de acordo com a sua experiência profissional

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O presente resultado confirmam o que Niyama (2005) discorre sobre a boa qualidade dos relatórios contábeis associando-os aos níveis de conhecimento do profissional contábil a respeito do conteúdo da Estrutura Conceitual, na qual nota-se que 79% dos entrevistados julgam o seu conhecimento “Bom” sobre as CPC 00, acham que a revisão foi boa também (74%) e que aplicam ou aplicaram o CPC 00 (R1) durante a sua experiência profissional (47,5%) mas que quase não participaram de cursos ou treinamento sobre aplicação do mesmo (78%).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises das quatro categorias foi possível desenvolver evidências quanto a percepção dos discentes pesquisados quanto a utilização do CPC 00 (R1) para a elaboração das demonstrações contábeis e utilização das mesmas no processo decisório. Assim, o fato da maioria dos respondentes já ter lido o CPC 00 (R1) na íntegra fez com que declarassem conhecimento em relação ao referido pronunciamento contábil, mesmo relatando que não costumam frequentar cursos e/ou oficinas referentes a esta temática.

Observa-se também que na percepção da maioria dos discentes, a informação contábil repassada é usada pelos gestores na tomada de decisão, assim como no processo de elaboração dos relatórios contábeis e financeiros o pronunciamento do CPC 00 (R1) também é levado em consideração.

Por fim, foi possível evidenciar a observância das características qualitativas como tempestividade, relevância, materialidade, fidedignidade, comparabilidade, verificabilidade, além do regime de competência e do pressuposto da continuidade no processo de elaboração das demonstrações contábeis e na respectiva utilização das mesmas no processo decisório.

Estas evidências respondem à questão de pesquisa deste estudo, ou seja, sob a percepção dos discentes de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFRN, o CPC 00 (R1) contribui sim de forma prática com a elaboração das Demonstrações contábeis e estas por sua vez, têm contribuído para o processo de tomada de decisão de seus usuários.

Estes resultados contribuem com a discussão referentes à qualidade da informação contábil, sob um prisma diferente daquele desenvolvido em pesquisas com enfoque exclusivamente quantitativos que não permitem captar de forma mais prática a percepção dos elaboradores da informação contábil a partir da utilização dos pronunciamentos contábeis (CPCs).

A presente pesquisa teve como limitação seu universo e amostra, pois ficou limitada à uma turma de mestrado em Ciências Contábeis da UFRN, nesse sentido, sugere-se que em

estudos futuros esse universo e amostra sejam estendidos a um número maior de profissionais de mercado que possibilitam confirmar ou refutar os resultados aqui encontrados e assim possibilitar maiores discursões referentes a esta temática.

REFERÊNCIAS

ARIELY, D. **Previsivelmente irracional**. Elsevier Brasil, 2008.

BALLAS, A. A.; SKOUTELA, D.; TZOVAS, C.A. The relevance of IFRS to an emerging market: evidence from Greece. **Managerial Finance**, v. 36, n. 11, p.931, DOI: 10.1108/03074351011081259. 2010.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. **Edições 70. Lisboa**. Portugal, 2011.

BAKER, H.K., NOFSINGER, J.R. Psychological Biases of Investors. **Financial Services Review**, v.11, n.2, p.97-116, 2002.

BAZERMAN, M. H. Processo Decisório: para cursos de administração e economia. Tradução de Arlete Símile Marques. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BEUREN, I. M. Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade. Ed.3, São Paulo, Editora Atlas S.A, 2013.

BRAGA, J. P. **Padrões contábeis, incentivos econômicos e reconhecimento assimétrico de perdas**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRASIL. **Lei nº 2. 627**, de 26 de setembro de 1940. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2627compilado.htm. Acesso em: 11 de mar. 2019.

_____. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Publicado em 17 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 12 de mar. 2019.

_____. **Lei nº 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em: 12 jan. 2008.

CAO, L. T.; BUCHANAN, P. G. **A profile of the woman management accountant**. The Woman CPA, April, p. 26-30, 1985.

CASTELO, D. M. Consequences of IFRS adoption: analysis of existing literature and suggestions for further research. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015.

CHRISTENSEN, J. Conceptual frameworks of accounting from information perspective. **Accounting and Business Research**, v. 40, n. 3, p. 287-299, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº. 1.374/2011: estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília: CFC, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 1.055 de 07 de outubro de 2005. **Cria o Comitê De Pronunciamentos Contábeis-(CPC) e dá outras Providências. Publicada no Diário Oficial da União de**, v. 24, 2014.

COSTA, J. A.; THEÓPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. **Contabilidade Gestão e Governança**. 2012.

CRUZ, C.O.A. A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica. 156 f, 2010. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2010

FERREIRA J. G. F.; ROCHA, J. S.; CARVALHO J. C. V. de O. Contador conservador ou ser humano conservador? Um estudo sob a perspectiva da contabilidade comportamental. **Anais ... 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade São Paulo/SP 26 e 27 julho de 2012.**

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos et al. Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Controladoria**. 2011.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. In: Desenho da pesquisa qualitativa. 2009.

GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas,1999.

HENDRIKSEN, E.S; VAN BREDA, M.F. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária. Aplicável a todas as sociedades. De acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

JAWORSKA E. **Especificações Técnicas da Equipe wawbart psychologii motywacji**. Zeszyty Naukowe Uniwersytetu Szczecinskiego 827, Finanse, Rynki Finansowe, Ubezpieczenia 69: 49–58. 2014.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. de A.; CASTELO, D. Main consequences of IFRS adoption: analysis of existing literature and suggestions for further research. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p. 126-139, 2015.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

PAZETTO, C. F.; SANTOS, V.; BEUREN, I. M. Abordagens da contabilidade gerencial em periódicos brasileiros. **Enfoque**, v. 38, n. 1, p. 47, 2019.

PONTE, V. M. R. *et al.* Impactos de alterações nas práticas contábeis nos indicadores financeiros das empresas brasileiras. In: **CONGRESSO USP DECONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo**. Anais... São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, 2011. p. 1-16.

REA, L. M.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

REIS, L. G. *et al.* O Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos discentes de Ciências Contábeis. In: **CONVENÇÃO ESTADUAL DOS CONTABILISTAS, XV, 2010, Cascavel**. Anais... Cascavel: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná - CRCPR, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas** (pp. 189-206). 1999.

RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Qualidade da informação contábil: uma análise da adoção dos padrões internacionais de contabilidade pelos países que compõem o G-7 e BRICS. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 4, p. 33-48, 2018.

SÁ, A. L. de. História geral da contabilidade no Brasil. **Brasília: Conselho Federal de Contabilidade**, 2008.

SANTOS, L. P. G.; LIMA, G. A. S. F.; FREITAS, S. C. LIMA, I. S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBovespa. **Rev. Cont. Fin. – USP** [online], v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

SOUSA, M. A. B. de *et al.* Qualidade da informação contábil: uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo. **Iberoamerican Journal of Industrial Engineering**, v. 8, n. 15, p. 208-227, 2016.

STUPP, D. R.; FLACH, L.; MATTOS, L. K.. Analysis of the impact of adopting international accounting standards in predicting the insolvency of businesses listed on the BM&FBovespa brazilian stock exchange. **RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba: Ed. Unoesc, v. 17, n. 2, p. 397-422 maio/ago. 2018.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The framing of decisions and the psychology of choice. **science**, v. 211, n. 4481, p. 453-458, 1981.

VIEIRA, R. B. **Impactos da implantação parcial das IFRS no Brasil**: efeitos na qualidade das informações contábeis das empresas de capital aberto. 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.
doi:10.11606/D.96.2010.tde-10122010-160415.

ZYGMAŃSKI, T. **The Selected Problems of Behavioral Accounting: The Issue of Intellectual Capital**. In: *Neuroeconomic and Behavioral Aspects of Decision Making*. Springer, Cham, 2017.